

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO DOS  
ATORES LOCAIS/REGIONAIS: O CASO DA COOPERCANA - PORTO  
XAVIER/RS - BRASIL<sup>1</sup>**

**DESARROLLO TERRITORIAL A PARTIR DE LA ORGANIZACIÓN DE LOS  
ACTORES LOCALES/REGIONALES: EL CASO DE LA COOPERCANA- PUERTO  
XAVIER/RS - BRASIL**

Anelise Graciele Rambo<sup>2</sup>

Aldomar Arnaldo Rückert<sup>3</sup>

**RESUMO**

O presente artigo estabelece uma discussão em torno da inovação territorial coletiva e da densidade institucional e sua contribuição para os processos de desenvolvimento territorial local/regional, principalmente em territórios periféricos. Entende-se que, à medida que os atores locais/regionais desencadeiam ações de forma coletiva, buscando uma interação com as demais escalas de poder e gestão, constituindo uma densidade institucional, seja possível promover processos de desenvolvimento territorial local/regional, de modo a atender as demandas e suas necessidades. Da mesma forma, considera-se fundamental a preocupação destes atores com a inovação territorial coletiva, ou seja, a busca coletiva por inovações quanto a gestão do território, tendo por base as potencialidades locais/regionais. Buscar-se-á demonstrar tais pressupostos a partir da experiência da Coopercana, do município de Porto Xavier - Rio Grande do Sul/Brasil. Esta é uma Cooperativa autogestionária, única usina produtora de álcool hidratado do RS. Além de ser uma experiência inovadora, há uma relativa densidade institucional em torno da mesma. Essas duas variáveis têm levado a um novo uso político e econômico do território, o que por sua vez, tem possibilitado aos atores locais/regionais um maior protagonismo quanto ao desencadeamento de ações que visem o desenvolvimento territorial.

**Palavras Chave:** inovação territorial coletiva - densidade institucional - desenvolvimento territorial local/regional - novos usos políticos e econômicos

**RESUMEN**

El presente artículo establece una discusión en torno de la innovación territorial colectiva y de la densidad institucional y su contribución para los procesos de desarrollo territorial local/regional, principalmente en territorios periféricos. Se entiende, que a medida que los actores locales/regionales desencadenan acciones de forma colectiva, buscando una interacción con las demás escalas de poder y gestión, se constituye así una densidad institucional, que será posible promover procesos de desarrollo territorial local/regional, de modo de atender las demandas y sus necesidades. De la misma forma, se considera fundamental la preocupación de estos actores con la innovación territorial colectiva, ó sea, la búsqueda colectiva por

<sup>1</sup> Artigo referente a dissertação, vinculada ao LABES – Laboratório do Espaço Social do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Mestrado – UFRGS.

<sup>2</sup> Mestre em Geografia, doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS) (ane\_rambo@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e Desenvolvimento Rural (UFRGS). Orientador da Dissertação (aldomar.ruckert@gmail.com.br).

innovaciones en cuanto a la gestión del territorio, teniendo por base las potencialidades locales/regionales. Se buscará demostrar tales supuestos a partir de la experiencia, de la Coopercana de Puerto Xavier – Río Grande del Sur/Brasil. Esta, es una Cooperativa autogestionada, única productora de alcohol hidratado de Río Grande del Sur. Además de ser una experiencia innovadora, hay una relativa densidad institucional en torno a la misma. Esas dos variables han llevado a un nuevo uso político y económico del territorio, y que a su vez, ha posibilitado a los actores regionales/locales a un mayor protagonismo en cuanto al desencadenamiento de acciones que contemplen el desarrollo territorial.

**Palabras Claves:** innovación territorial colectiva - densidad institucional - desarrollo territorial local/regional - nuevos usos políticos e económicos

## 1 INTRODUÇÃO

As disparidades territoriais têm se tornado cada vez mais evidentes no atual estágio do meio técnico-científico-informacional. A literatura expressa essas desigualdades através de abordagens como a de Castells (1999), tratando do crescimento dos espaços de fluxos em detrimento dos espaços de lugares; Benko e Lipietz (1994), discorrendo sobre o surgimento das regiões ganhadoras e perdedoras; e ainda, Santos e Silveira (2001) abordando os espaços opacos e luminosos e as regiões do mandar e do fazer. Ou seja, o surgimento de territórios centrais e periféricos, estando estes últimos, de modo geral, subordinados aos primeiros e atendendo de forma passiva às suas exigências.

Diante da acentuação destas discrepâncias, a preocupação com a dinâmica do desenvolvimento dos territórios periféricos também aumenta e surgem várias inquietações: existem alternativas de desenvolvimento para estes territórios, ou àqueles sustentados economicamente pela agricultura familiar e por pequenas e médias empresas no espaço urbano? Como territórios distantes dos grandes centros industriais e de tomada de decisão e desinteressantes sócio-economicamente aos mesmos, podem assumir maior protagonismo em seu processo de desenvolvimento? Frente a tais inquietações, apresenta-se a seguir a experiência da Coopercana, na tentativa de demonstrar como um grupo de agricultores familiares do interior do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, tem se organizado para atender suas demandas e necessidades.

A Coopercana – Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier- inicia em 1984, quando é constituída a Alpox S/A (Usina de Álcool de Porto Xavier), incentivada pelo Pró-álcool. Esta sociedade anônima é composta por 156 acionistas: 143 pequenos agricultores, com 49% ações e 13 empresários e profissionais liberais

detendo 51% das ações. Desde sua fundação havia divergências entre sócios majoritários e minoritários, desencadeando-se uma crise financeira na usina, o que leva a constituição da Coopercana. A Cooperativa, que surge na tentativa de contornar essa crise financeira, é composta pelos agricultores produtores de cana (sócios minoritários) e funcionários da usina. Em 1999, por pressão da sociedade civil organizada e por instituições e organizações locais/regionais, o poder judiciário decreta a falência da Alpox S/A e a Coopercana assume os serviços da usina arrendando o parque industrial, sendo que a compra do parque pela Cooperativa efetuou-se em setembro de 2004. Atualmente as propriedades dos associados da Cooperativa localizam-se nos municípios de Roque Gonzáles (50,5%); Porto Xavier (45,6%) no Corede<sup>4</sup> Missões e Porto Lucena (3,8%) no Corede Fronteira Noroeste. São ao todo 273 associados, os quais cultivam cana em propriedades de 5 a 20 ha, totalizando em 2005, 2.050 ha produzindo cana para a Coopercana.

## **2 INOVAÇÃO TERRITORIAL COLETIVA E DENSIDADE INSTITUCIONAL: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS?**

Promover um processo de desenvolvimento que não se restrinja a um mero crescimento econômico é uma tarefa árdua até mesmo para os países desenvolvidos. Frente a isso, o grau de dificuldade encontrado em regiões periféricas localizadas em países “em desenvolvimento”, distantes dos grandes centros de seus estados e países e principalmente das cidades globais, como as do Corede Fronteira Noroeste e Missões, sustentadas pela agricultura familiar, aumenta consideravelmente. Entretanto, nestes Coredes há uma experiência de desenvolvimento territorial, a qual visa atender as demandas e as necessidades dos atores locais/regionais, sustentadas por características de inovação territorial coletiva e de densidade institucional.

O processo de desenvolvimento territorial local/regional do qual aqui se trata, corresponde a ações, mecanismos, estratégias e políticas, desencadeadas por atores locais/regionais em interação com as demais escalas de poder e gestão<sup>5</sup>,

---

<sup>4</sup> A regionalização dos Coredes – Conselhos Regionais de Desenvolvimento - foi criada pela Lei Estadual nº 10.283 de 1994, com a finalidade de descentralizar e democratizar as ações de investimento sendo referência para as estruturas administrativas regionais dos órgãos do Poder Executivo. É um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional com o fim de compatibilizar competitividade, equidade e sustentabilidade. Os 497 municípios do Rio Grande do Sul estão distribuídos em 26 Coredes.

<sup>5</sup> As escalas geográficas de poder e gestão são um procedimento metodológico que contribui para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento, pois permite observar como os atores locais/regionais –

reforçando ou reconstruindo relações de poder sobre o espaço, tornando-o território. Tal processo, por sua vez, se dá através de novos usos políticos e econômicos do território, com base em potencialidades locais/regionais, de modo a atender as demandas e necessidades dos atores envolvidos.

Assim, o desenvolvimento territorial se produz a partir do momento em que os atores, formando uma comunidade/sociedade, se reconhecem como tal e tem como referência primeira seu território, tornando-se mais ativos na intervenção e ação sobre seu território, com o intuito de promover seu desenvolvimento.

Para Boisier (1997) o desenvolvimento territorial consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro-localidades. Refere-se a processos de mudança sócio-econômica, de caráter estrutural, delimitados geograficamente e inserido num marco configurado por sistemas econômicos de mercado, ampla abertura externa e descentralização dos sistemas de decisão. Este baseia-se ainda em três objetivos: (1) o aperfeiçoamento do território entendido não como um *container* e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (2) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território e (3) o aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence a este território. Assim, percebe-se que o desenvolvimento territorial não se restringe ao crescimento econômico, e consiste na articulação dos atores na busca de atender também suas demandas sociais, potencializando tanto capitais tangíveis (aspectos econômicos do desenvolvimento) quanto intangíveis (capacidade coletiva para realizar ações em comum) (DALLABRIDA; SIEDENBERG; FERNÁNDEZ, 2004). Considera-se que tal processo é possível na região em questão, em função da densidade institucional e da inovação territorial coletiva presentes na experiência da Coopercana.

A densidade institucional, segundo Fernández (2004), corresponde a uma sólida presença institucional (formal), representada através da presença de firmas, associações empresariais, instituições financeiras, ONGs, agências de desenvolvimento, escolas, centros de serviço, institutos tecnológicos e universidades, etc; bem como o desenvolvimento de formas de cooperação a partir da consolidação de uma consciência de pertença mútua a uma dinâmica territorial

---

sociedade civil, Estado e mercado – articulam-se entre si e com as demais escalas de poder e gestão, com vistas à promoção do desenvolvimento de seu território. Estas escalas podem ser tanto institucionalizadas (estadual, federal...) quando definidas pela ação dos atores sobre o espaço (território da Coopercana). A esse respeito ver Racine; Raffestin; Ruffy (1983); Acsegrad (2002); Raffestin (1993).

representativa dos interesses locais. Enfim, refere-se a interação de atores públicos e privados, individuais ou coletivos, da sociedade civil, do Estado e do mercado, organizações e instituições, com vistas à realização de ações com objetivos comuns. Essa densidade tem permitido o desenvolvimento da inovação territorial coletiva.

Por sua vez, de acordo com o LEADER (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural-2005), a característica “inovadora” de uma ação é definida tendo em conta o contexto local no qual esta ação se inscreve. Toda ação que responde a necessidades particulares de desenvolvimento de um território introduzindo novas soluções, é inovadora.

Dentro dessa linha de pensamento, a inovação territorial coletiva é entendida como a capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente, resultando num fator chave para favorecer o desenvolvimento dos territórios (MÉNDEZ, 2002). Esta não é restrita às inovações tecnológicas, numa perspectiva econômico-empresarial, mas, para ter uma dimensão territorial, a esta perspectiva são acrescentadas características como (1) a criação de um clima social ou uma mobilização em favor do desenvolvimento e da incorporação de novidades capazes de romper com inércias herdadas, ineficazes ou injustas; (2) a constituição de redes locais de cooperação, que torna possível a realização de projetos comuns; (3) a presença de instituições locais/regionais, que adotam uma atitude protagonista em apoio à inovação e o desenvolvimento territorial, mediante iniciativas e negociações de acordos com outras instâncias públicas/privadas; (4) um esforço quanto a melhorias na formação de recursos humanos (ensino em diversos níveis, reciclagem de empresários e trabalhadores, até uma adaptação às demandas do saber fazer local) (MÉNDEZ, 2002).

De forma resumida, a inovação territorial coletiva pode ser considerada uma busca coletiva por novos conhecimentos que levam a inovações quanto à organização e a gestão territorial e, conseqüentemente, a um processo de desenvolvimento territorial local/regional. A seguir, tentar-se-á demonstrar como a Coopercana tem desencadeado um processo de desenvolvimento territorial local/regional com base nestas duas variáveis.

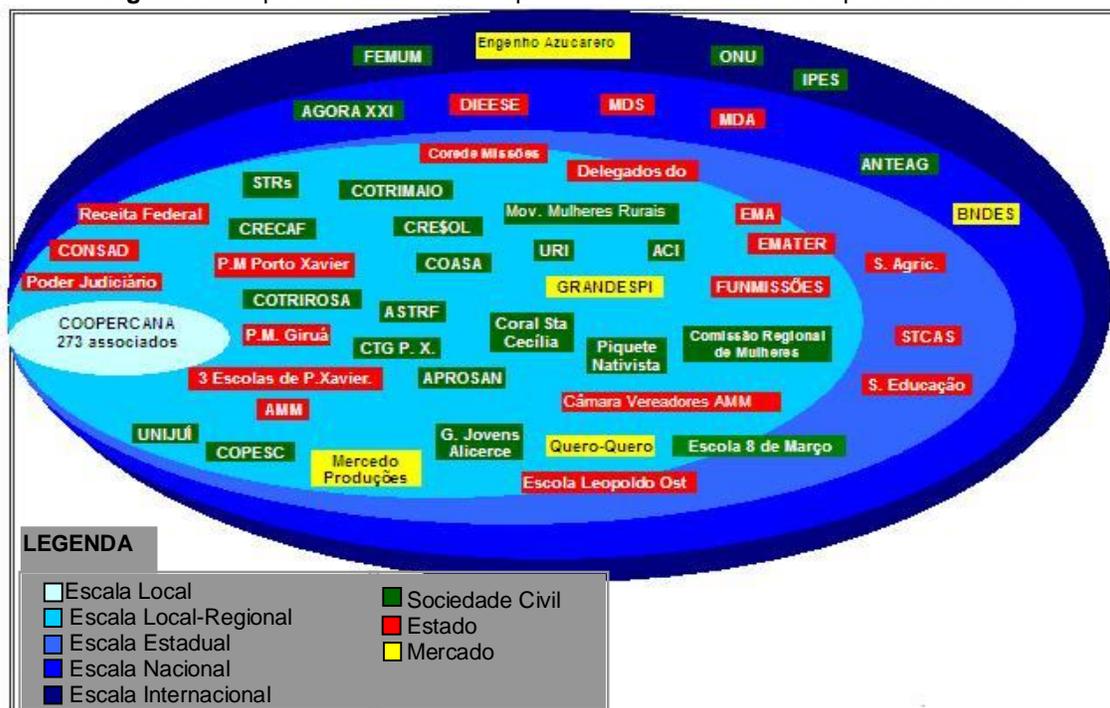
### **3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL/REGIONAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA COOPERCANA**

Nesta seção será apresentada a densidade institucional bem como as inovações presentes na experiência da Coopercana, para num segundo momento, demonstrar os novos usos políticos e econômicos que levam ao processo de desenvolvimento territorial local/regional.

### 3.1 A densidade institucional

Para demonstrar e mensurar a densidade institucional, foram catalogados 19 programas/projetos/ações e 51 atores, instituições e organizações da sociedade civil, do Estado e do mercado, das diferentes escalas de poder e gestão. Para tal, foram estabelecidas 5 escalas: a *local*, delimitada pela localização das propriedades dos associados da Coopercana; a *local/regional*, correspondente ao Corede Fronteira Noroeste e Missões; a *estadual*; *federal* e *internacional*, as quais de alguma forma interagem com a Coopercana através de diferentes projetos e ações. Abaixo traz-se o mapa institucional, que demonstra a densidade institucional destacando as escalas e seus atores.

**Figura 01.** Mapa institucional da Coopercana: os atores e suas respectivas escalas



Fonte: elaborada pela autora.

Nesta figura pode-se observar que o número de atores locais/regionais envolvidos é relativamente maior que o das demais escalas. Isso demonstra um comprometimento e protagonismo destes atores quanto à busca por respostas a

suas demandas, sendo uma demonstração do poder de organização e gestão destes atores para com seu território. Também é significativa a organização da sociedade civil, somando 20 instituições/organizações presentes na escala local/regional.

Por sua vez, para mensurar a densidade institucional, foram estabelecidos quatro níveis. Para tal classificação, é considerada a presença/atuação e participação de atores do Estado, mercado e sociedade civil, das escalas internacional, nacional, estadual, local/regional e local, junto a Coopercana. São eles: **nível 01**: poder federal, estadual e local, instituições/organizações civis e organizações estrangeiras; **nível 02**: Poder estadual e instituições/organizações civis; **nível 03**: poder municipal e instituições/organizações civis; **nível 04**: poder apenas das instituições/organizações civis e profissionais. (RÜCKERT, 2001)

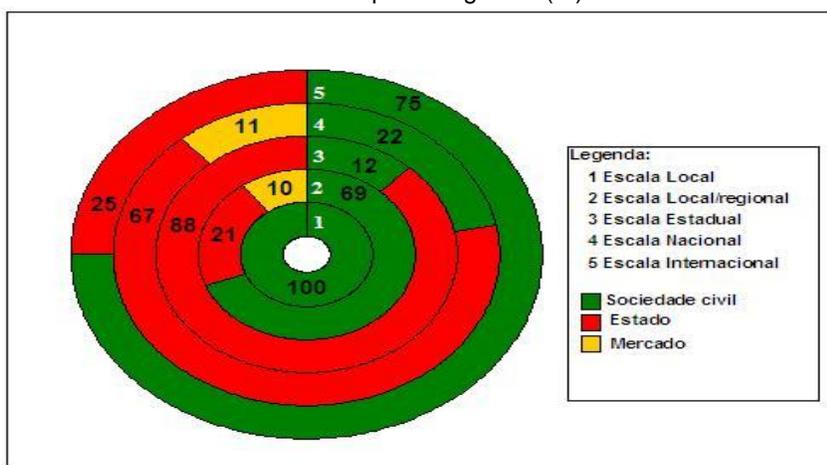
Dos 19 programas/projetos e ações das quais a Coopercana participa, 53% são de nível 01; 26% do nível 02; e 21% do nível 04, não encontrando-se nenhum do nível 03. Ao levar em consideração que 79% dos projetos são de nível 01 e 02 pode-se afirmar que há uma alta densidade em torno da experiência o que permite que estas ações consigam atender a demandas dos atores locais/regionais.

A partir do momento em que os atores locais/regionais e, principalmente, a sociedade civil encontra-se organizada, buscando atender suas demandas e interagindo com atores das demais escalas de poder e gestão - formando uma densidade -, o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial é possível. A forte participação dos atores da sociedade civil é observada na

figura 02, podendo-se perceber ainda grande presença do Estado.

Quando o processo de desenvolvimento parte do local, interagindo com as demais escalas, características como

**Figura 02.** Densidade Institucional: participação dos atores nas distintas escalas de poder e gestão (%)



Fonte: Elaborada pela autora.

legitimidade e democracia se fazem mais presentes, havendo maior participação, comprometimento e identidade destes atores locais para com as ações a serem desenvolvidas.

A seguir, são apresentadas as inovações territoriais presentes na experiência, as quais são possíveis, justamente em razão da densidade institucional presente nesta escala, e que juntas, densidade e inovação, vão permitir novos usos políticos e econômicos do território mais adequados ao desenvolvimento territorial local/regional.

### 3.2 A inovação territorial coletiva

A figura que segue apresenta as inovações territoriais presentes na experiência da Coopercana, as quais serão detalhadas em seguida:

A primeira inovação que se pode destacar é a própria densidade institucional em torno da experiência. Observa-se por parte dos atores envolvidos na Coopercana, uma interação constante e intensa com demais instituições e

Figura 03. A inovação territorial coletiva presente na experiência da Coopercana



Fonte: Elaborada pela autora.

organizações, sejam locais/regionais ou de outras escalas, seja como instituição protagonista ou simplesmente colaboradora. Isso permite que sejam atendidas demandas tanto da Cooperativa, quanto do seu entorno territorial maior. Constitui-se assim, uma mobilização social, bem como redes de cooperação que permitem a busca de inovações como as que serão mencionadas a seguir, permitindo novos usos políticos e econômicos do território e conseqüentemente um desenvolvimento territorial local/regional.

Outra inovação a ser considerada, é o fato de se cultivar cana-de-açúcar numa região onde tipicamente predomina a cultura da soja. O noroeste gaúcho caracteriza umas das maiores regiões produtoras de soja do Estado. O município de

Santa Rosa é conhecido como “Berço Nacional da Soja”, e onde se realiza a FENASOJA - Feira Internacional da Soja-, desde 1966, realizando sua 17ª edição neste mês de maio.

Enquanto nos dois Coredes, em 2002, foram cultivados 657.860 ha de soja, de cana foram apenas 7.212 ha (IPD; IBGE, 2005). Esta comparação demonstra que a cultura da cana, comparada a soja, pode ser considerada uma inovação ao nível regional, principalmente quando esta é colocada como principal produto a gerar renda na propriedade, por vezes até, substituindo a soja. Essa inovação adquire maior importância ao considerar-se os problemas de viabilidade econômica do cultivo da soja em pequenas e médias propriedades (BRUM, 2002).

Os atores locais/regionais, aproveitando um micro-clima favorável ao cultivo da cana – idêntico ao tropical-, passam a produzir álcool combustível, fato que pode ser considerado uma potencialidade local/regional, tanto pelo micro-clima quanto por este cultivo já fazer parte da cultura regional, porém esta se dá em pequena escala para auto consumo nas propriedades (como forrageira para trato animal, além da fabricação de melado, açúcar mascavo, cachaça para o consumo familiar). Assim, a industrialização da cana pode ser considerada uma inovação territorial coletiva, pois a partir dela, se dá uma resposta criativa a um problema existente (inviabilidade da soja em pequenas propriedades) com base em uma potencialidade local/regional (micro-clima favorável ao cultivo e o fato da cana já ser cultivada na região).

O que foi mencionado acima vai de encontro ao que afirma Méndez (2002) quando menciona que todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (econômicos, humanos, ambientais, institucionais, culturais...) que constitui seu potencial de desenvolvimento, devendo-se encontrar atores e estratégias capazes de atribuir valor a tais recursos, de forma eficaz e inovadora. Nesse sentido, pode-se citar o capital social existente nessa região como outro potencial de desenvolvimento, sendo que uma maneira de atribuir valor a este recurso se dá através da formação da densidade institucional.

Outra inovação é a própria industrialização da cana e não sua venda *in natura*, como ocorre no caso da soja. Além disso, o processo de industrialização permite uma maior geração de empregos e impostos na escala local/regional, uma remuneração maior dos agricultores, sendo que os produtos primários em geral agregam menos valor que os industrializados. Além do mais, acaba representando

mais uma fonte de renda para os associados da Cooperativa e demais envolvidos na atividade, com por exemplo, os cortadores de cana.

É importante mencionar ainda o fato da Coopercana ser uma Cooperativa e não uma empresa privada do tipo sociedade anônima. Em geral, as indústrias da região são criadas a partir de uma iniciativa individual ou de alguns poucos acionistas. Dados do Anuário Estatístico da FEE de 1993, (IPD, 2005) demonstram que nas duas regiões dos Coredes, o setor industrial emprega em média de 9 a 11 empregados por indústria. Já, o caráter cooperativo da Coopercana permite que esta empregue na usina, 43 empregados efetivos, chegando a empregar, na época da safra, mais 73. Isso sem contar que em decorrência do funcionamento da usina são gerados 919 empregos e postos de trabalho.

Pode-se destacar ainda que a Coopercana é a única usina de álcool combustível do Rio Grande do Sul, atendendo a 4% da demanda do Estado. Sua capacidade chega a 9 milhões de litros/safra, sendo que atualmente produz 6 milhões. No entanto, já há projetos visando aumentar essa capacidade para atender a demanda, como será explicitado posteriormente.

O processo de discussão dentro da Cooperativa, também é de caráter inovador. Esta possui os 273 associados distribuídos em 11 núcleos de base. Estes núcleos realizam reuniões nas localidades do meio rural dos três municípios. Neles, iniciam-se as discussões e as tomadas de decisão. A partir dessa organização, todos os seus associados, têm a possibilidade de participar das decisões que envolvem as ações da Cooperativa, garantindo uma gestão mais democrática da mesma.

A geração de energia a partir da queima do bagaço de cana pode ser destacada como outra inovação. O bagaço, que caracteriza um resíduo, quando não tratado adequadamente, provoca impactos ambientais. Este problema é solucionado através da produção de energia, sendo que durante o funcionamento da usina, esta se isenta do pagamento da taxa de energia elétrica.

O Estatuto da Cooperativa também tem um caráter inovador, pois dentre os objetivos está “contribuir para o desenvolvimento regional”. Tal objetivo, proveniente de uma cooperativa, que resulta da organização da sociedade civil e não de alguma instituição do Estado, pode ser considerada outra característica inovadora, uma resposta às demandas e debilidades locais/regionais. Este objetivo, resultado de discussões dos associados, demonstra o caráter coletivo desta inovação e um

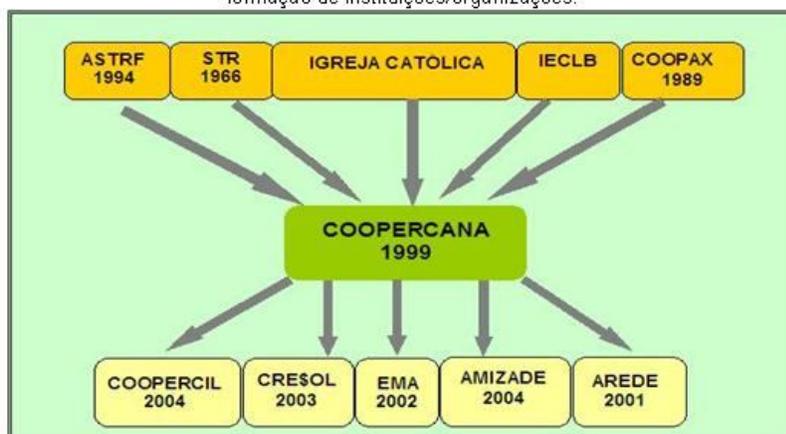
comprometimento destes associados para com seu território, não se restringindo a metas corporativas. Pode-se considerar que tal objetivo vem sendo progressivamente alcançado ao levar-se em consideração os projetos dos quais a Coopercana participa e as instituições/organizações constituídas pela mobilização local.

Como já mencionado, entende-se que as inovações citadas são possíveis em função da densidade institucional presente na experiência. A interação entre os atores da Cooperativa e entre estes e as demais escalas de poder e gestão, aumentam a capacidade de se realizar ações sobre o território. Assim, essa densidade institucional tem possibilitado ainda, a realização de diversas ações e projetos que visam atender a demandas não só setoriais ou corporativas, mas também territoriais. Assim, a seguir são apresentados os novos usos políticos e econômicos do território que tem levado ao processo de desenvolvimento territorial local/regional.

### 3.3 Os novos usos políticos do território

Na figura 04 pode-se observar que a constituição da Coopercana já é resultado da interação e cooperação entre diferentes instituições e organizações. Para sua criação foi necessário um grande apoio da ASTRF

Figura 04. Os novos usos políticos do território: densidade institucional que permitiu a formação de instituições/organizações.



Fonte: elaborado pela autora.

(Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços), o STR - Porto Xavier (Sindicato de Trabalhadores Rurais), das igrejas católica e evangélica e da Coopax (Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier). Isso pois os plantadores de cana e os funcionários da Alpox estavam desestimulados em dar continuidade as atividades da usina, sendo estas instituições/organizações fundamentais no processo de mobilização dos funcionários e agricultores para a constituição da Cooperativa.

Na mesma figura é possível observar ainda que, a partir da Coopercana, foram criadas outras instituições/organizações, as quais interagem freqüentemente em diversos projetos e ações. Assim, pode-se citar que a Coopercil (Cooperativa dos Recicladores), criada em 2004, é resultado do Programa Coletivos do Trabalho do Governo do Estado (1999-02). Atores da escala local acabaram articulando-se com o Governo do Estado para que fosse constituída uma cooperativa de reciclagem no município de Porto Xavier, a Coperbioverde, que apresentou um nível de densidade institucional 02. Com o fim do programa esta cooperativa acabou desestruturando-se. Porém a ASTRF junto a algumas pessoas deste grupo, organizaram a Coopercil, passando esta ação a um nível de densidade 04. O processo de constituição da Coperbioverde até a Coopercil integrou instituições/organizações como a Coopercana, ASTRF, STR, Coopax, ACI-Porto Xavier, (Associação Comercial e Industrial), Emater, Prefeitura de Porto Xavier, STCAS (Secretaria de Trabalho e Assistência Social) e a Escola de Trabalhadores 8 de Março de Novo Hamburgo.

Outro uso político do território é a constituição de uma agência bancária do Sistema Cresol - Sistema Integrado de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. Tal processo, inicia-se no ano de 2000, quando foram realizados encontros do Fórum de Desenvolvimento Local, realizados no município de Porto Xavier, os quais contaram com a participação de instituições e organizações como Coopercana; Emater; ASTRF; STR – Porto Xavier; Coopax; Ema; Coopesc (Cooperativa dos Pescadores - Porto Xavier); Secretaria da Agricultura e Conselho Municipal da Agricultura de Porto Xavier. Estes seminários se propuseram a discutir os estrangulamentos quanto ao desenvolvimento do município.

Dessa forma, como demanda primeira, surgiu a dificuldade de acesso ao crédito, por parte dos pequenos agricultores. Percebeu-se a necessidade de uma organização que fomentasse a agricultura familiar, facilitando o acesso a recursos financeiros. Assim, os atores locais/regionais optaram pelo Sistema Cresol, que segundo os mesmos, melhor se adequou a suas necessidades e a seus interesses, sendo implantado em janeiro de 2003. A densidade institucional, em torno de sua constituição, de nível 01, teve reflexos territoriais, atingindo não apenas os associados da Coopercana, mas sim demais agricultores da região, proporcionando-lhes um acesso mais facilitado ao crédito. A área de abrangência da Cresol - Porto Xavier, expande-se para mais sete municípios, somando mais de 600 cooperados.

Ainda nessa linha, pode-se citar a constituição do Ema (Ensino Médio Alternativo) com um nível 02 de densidade. Os atores locais, que a muito pensavam em uma escola com um curso técnico agrícola, incentivados pelo programa do Governo Estadual para a constituição de escolas mais adequadas à realidade local, realizaram reuniões com a Secretaria da Educação do Estado e posteriormente entre entidades como Coopercana, Comadem; STR; Coopax; Emater Escolas de Rincão Comprido, Rincão Vermelho e Linha São Carlos de Porto Xavier, para traçar o planejamento inicial do Ema. Após sucessivos encontros através de seminários e reuniões, com o objetivo principal de planejar a melhor forma de implantação, organização e seqüência do Ema, foi criado na Linha São Carlos, em julho de 2001, o ensino médio adequado a realidade agrícola local.

A rádio comunitária Amizade FM também resultou das discussões do Fórum de Desenvolvimento Local e sua constituição apresentou nível de densidade 04. A necessidade de sua constituição partiu do fato de só haver uma sucursal de uma rádio do município de Porto Lucena em Porto Xavier. Para a criação da rádio, interagiram a Coopercana, ASTRF, Ema, STR, Cresol e Igrejas católica e IECLB, as quais levantaram os recursos e os meios necessário a sua implementação. Hoje toda a população do município é beneficiada com a Amizade FM havendo uma programação local.

Além disso, a constituição da Arede - Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa - localizada no município de Santa Rosa, uma ONG voltada a ministrar cursos de formação e capacitação alternativos para classes sociais menos favorecidas, também é resultado da interação de 17 instituições/organizações, dentre elas a Coopercana. Embora com um número considerável de atores envolvidos, seu processo de constituição é de nível de densidade é 04.

Outros projetos que merecem ser destacados são àqueles relacionados à Lei de Incentivo a Cultura, que apresentam densidade 02. A Cooperativa, junto a demais organizações e instituições da região vem patrocinando projetos culturais (principalmente festivais estudantis) contribuindo para o desenvolvimento da cultura e educação regional. Desde 2003, participou de sete projetos em três municípios, totalizando R\$ 200.429,30 disponibilizados ao financiamento dos mesmos. Estes projetos demonstram que os reflexos da Coopercana não se dão apenas no espaço rural, beneficiando os associados produtores de cana. Expandem-se de forma

territorial, tendo reflexos mais significativos à medida que esta interage com demais organizações e instituições de diferentes escalas.

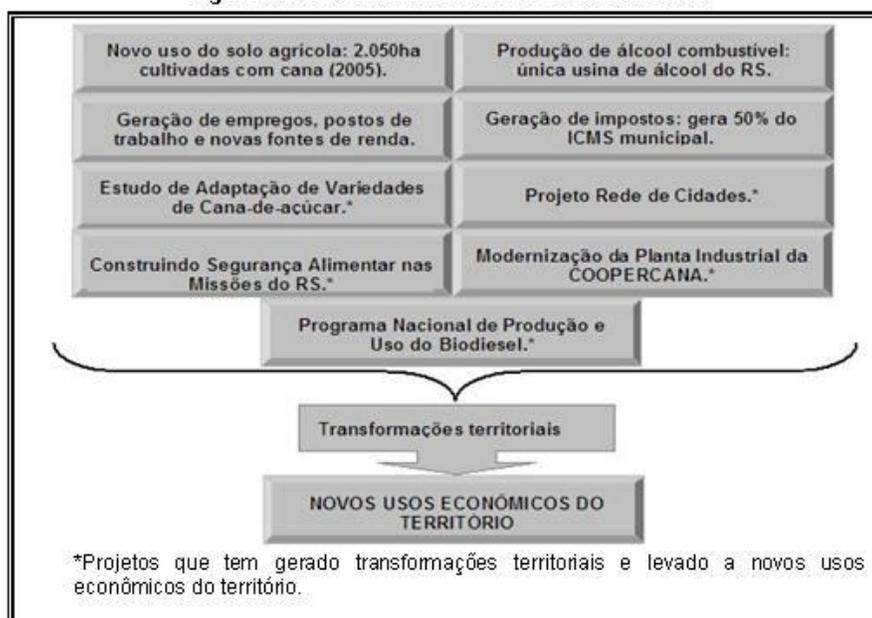
Por fim, outro uso político do território a ser considerado é o processo de decretação da falência da Alpox e posterior arrendamento da massa falida em 1999. Este contou com ampla participação da sociedade civil regional organizada, pressionando o poder judiciário, uso este que permitiu as demais transformações territoriais elencadas. Da mesma forma, a compra da massa falida, em 2004, exigiu novamente alto nível de densidade, ou seja, de cooperação entre diferentes atores das diferentes escalas de poder e gestão, para que a aquisição fosse concretizada.

### 3.4 Os usos econômicos do território

A figura 05 ilustra os novos usos econômicos do território. O uso econômico

que mais se destaca é o próprio cultivo da cana-de-açúcar. Em 1999, ano em que é decretada a falência da Alpox e a Coopercana arrenda a usina havia cerca de 1.250

Figura 05. Os novos usos econômicos do território.



Fonte: elaborado pela autora.

ha de cana produzindo para a Alpox. Já em 2003 esse número atingia 1.868 ha, passando para 2.050 ha em 2005, o que representa um crescimento de 64%, ou um aumento de 800 ha num período de 6 anos. Esse crescimento é significativo levando em consideração que em média 70% dos estabelecimentos agropecuários dos dois Coredes, em 1995, possuíam até 20 ha (IPD, 2005). Além disso, a própria industrialização da cana e sua transformação em álcool combustível caracteriza um novo uso econômico, pelo fato de se tratar da única usina de álcool do Rio Grande do Sul.

Além do mais, nos 6 anos de atividades da Coopercana, esta recolheu quase R\$ 7 milhões em impostos, o que poderia deixar de ser arrecadados caso a usina encerrasse as atividades após a decretação de sua falência.

É importante ressaltar que a arrecadação do ICMS pelo município de Porto Xavier, em 2004, foi de R\$ 2.905.374,00 (FEE, 2005). O ICMS gerado pela Coopercana chegou a R\$ 1.448.564,00 naquele ano, representando 50% do imposto recolhido no município. Pode-se ressaltar assim que os impostos recolhidos pela Cooperativa podem levar a diferentes transformações territoriais, beneficiando pessoas que não possuem ligação direta com a usina. Assim, os reflexos da Coopercana se dão ao nível territorial e não apenas setorial, destacando que há ainda uma preocupação explícita da Cooperativa em contribuir com o desenvolvimento da região.

Outro novo uso econômico do território observável é a geração de 919 empregos e postos de trabalho, decorrente das atividades diretas da usina, conforme a

tabela ao lado. Os empregos gerados pela Cooperativa, dentro da CLT, chegam a 119 no período de safra e 43 na entre-safra,

**Tabela 02.** Empregos e postos de trabalho gerados pela Coopercana.

| <b>COLHEITA (06 meses)</b>  |            |
|---|------------|
| Nº de pessoas empregadas no corte                                     | 400        |
| Quadro técnico de apoio   | 15         |
| Operadores de carregadeiras   | 10         |
| Motoristas de caminhões   | 52         |
| Agricultores  | 273        |
| <b>PLANTIO</b>  |            |
| Média histórica   | 50         |
| <b>INDÚSTRIA (CLT)</b>  |            |
| Quadro efetivo  | 43         |
| Quadro safrista   | 76         |
| <b>Total de postos de trabalhos gerados pelas atividades da Usina</b> | <b>919</b> |

Fonte: Coopercana, 2005.

estando acima da média do setor industrial dos dois Coredes, como já mencionado anteriormente. Assim, os empregos, além dos demais postos de trabalho, provenientes de uma usina de álcool, podem ser considerados um novo uso econômico.

Além das transformações territoriais citadas, que caracterizam novos usos econômicos, pode-se elencar alguns projetos que vem sendo desenvolvidos, e que, da mesma forma levam a novos usos econômicos na medida em que tem disseminado a cadeia da cana-de-açúcar.

O projeto “*Estudo de adaptação de Variedades de Cana-de-açúcar na Região Noroeste do Rio Grande do Sul*”, concluído no final de 2004, que mobilizou a

Coopercana, ASTRF, Governo do Estado (RS Rural), além de agroindústrias familiares de cana dos municípios de Santo Cristo, Porto Xavier, Pirapó, Porto Lucena e XVI de Novembro, com nível de densidade institucional 01, pode ser o primeiro exemplo. Esta iniciativa buscou testar variedades de cana de modo a identificar as que melhor se adaptam ao clima e ao solo da região, ao produto final da cana além de variedades que dispensam a queima quando do corte do canavial. Isso, com o intuito de tornar a cadeia da cana mais viável à agricultura familiar e visando a diminuição dos danos ambientais.

O projeto *Rede de Cidades*, com nível de densidade 01, foi desenvolvido de 2002 a 2004. Contou com atores como o Governo Federal, Estadual e local, AMM - Associação dos Municípios das Missões; PGU – Programa de Gestão Urbana da ONU para a América Latina e Caribe, além de 165 instituições e organizações locais/regionais, dentre elas a Coopercana. Desenvolvido na região da AMM, seu objetivo foi constituir um plano de ações para o desenvolvimento e combate a pobreza, a partir de propostas de projetos já existentes na região. Foram realizados seminários de apoio para reforçar as capacidades dos atores locais, quanto ao desenvolvimento dos projetos. Selecionados 14, estes foram encaminhados a vários Ministérios e Secretarias do Governo Federal com interesse em seu financiamento.

Como uma consequência do Rede de Cidades, pode-se citar o projeto *“Construindo Segurança Alimentar nas Missões do RS – gerando renda e saboreando alimentos com a cultura da cana-de-açúcar na agricultura familiar”*, possuindo nível de densidade 01. Os atores envolvidos são a ASTRF, Consad (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – Missões), STRs, Coopercana e 600 agricultores familiares da região. O projeto propõe diagnosticar a exclusão social a partir de uma pesquisa com 600 famílias de baixa renda, bem como iniciativas de industrialização da cana que possam servir como uma referência regional. Objetiva realizar intercâmbios regionais; promover a participação em eventos que impulsionem a comercialização dos derivados de cana; realizar análises laboratoriais que avaliem as características nutricionais dos derivados de cana; sensibilizar e capacitar famílias de agricultores para resgatar a produção de alimentos ecológicos; potencializar feiras locais e constituir o Fórum Regional da Cana (com reuniões e viagens de campo).

Cabe aqui mencionar outro projeto proposto pela Coopercana *“Modernização da Planta Industrial na Produção de Álcool para Produção de*

Biodiesel pela Agricultura Familiar”, também de nível 01. Nele está envolvida ainda a Crecaf – Central Regional de Cooperativas da Agricultura Familiar. Este projeto busca a ampliação da produção de álcool hidratado (combustível), a produção de álcool anidro (misturado à gasolina), e num segundo momento a produção de biodiesel pela Coopercana. O biodiesel terá como matéria-prima a soja, havendo a possibilidade de posteriormente utilizar também a canola, nabo forrageiro e o girassol, já cultivados na região. A partir daí, a Coopercana buscará viabilizar uma integração com os agricultores ligados a Crecaf (cujas cooperativas integrantes localizam-se em seis municípios dos Coredes Fronteira Noroeste e Missões), os quais forneceriam a matéria-prima. A intenção dos atores em propor este projeto é buscar alternativas de agregação de valor à agricultura familiar bem como permitir uma maior inserção dos agricultores familiares no mercado.

Pelo que foi mencionado, pode-se perceber que os projetos e ações acima descritos apresentam características inovadoras frente à realidade local/regional, além de uma considerável densidade institucional. Isso permite que, a partir da iniciativa dos atores locais/regionais, e da busca da interação com demais atores das diferentes escalas de poder e gestão, seja possível atender algumas das demandas e necessidades locais/regionais. Tais projetos/ações, acabam tendo um reflexo territorial e não setorial, justamente em razão das diferentes instituições e organizações que participam dos mesmos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo é apresentado neste Seminário na intenção de demonstrar a importância de se observar a dinâmica dos atores, sejam individuais ou coletivos - instituições e organizações, na promoção dos processos de desenvolvimento territorial. Isso permite uma melhor compreensão dos processos de desenvolvimento, principalmente quando partem de iniciativas locais/regionais. Focando os atores no estudo apresentado, pôde-se perceber a pertinência de cada um para o desenvolvimento territorial, ficando evidente que a interação entre sociedade civil, Estado e mercado, bem como a interação entre escalas, ou seja, a densidade institucional, é essencial neste processo<sup>6</sup>. Por sua vez, a densidade

---

<sup>6</sup> Para maiores detalhes, ver Rambo (2006).

institucional conseqüentemente, permite inovações territoriais coletivas, também imprescindíveis aos processos de desenvolvimento territorial.

Estas variáveis (densidade e inovação) possibilitam àqueles territórios distantes dos grandes centros industriais e de tomada de decisão, que não oferecem atrativos econômicos ao capital financeiro, tornar-se atores mais ativos na intervenção sobre seu território, assumindo maior protagonismo frente aos processos de desenvolvimento. Isso faz com que tais processos atendam, de fato, as necessidades e demandas dos atores locais/regionais, às quais, muitas vezes, o Estado não atende. Segundo Becker (1983, p.16) “o Estado, produzindo e usando o espaço não está atento à necessidade de todos os setores da população”.

Além do mais, a instalação de grandes empresas em uma região pode representar geração de empregos, crescimento dos índices econômicos o que não necessariamente, é sinônimo de desenvolvimento para a população local. E quando tais regiões nem chegam a atrair “estas empresas”? Quais as alternativas de desenvolvimento?

Entende-se que a Coopercana pode ser um exemplo a ser estudado nesse sentido. A inovação territorial coletiva e a densidade institucional presentes na experiência, permitem que esta organização se coloque, ao nível local/regional, como uma instituição que, em interação com outras organizações e instituições, são juntas, capazes de realizar ações coletivas e inovadoras, que promovem um processo de desenvolvimento territorial numa escala local/regional.

A densidade institucional e as inovações citadas, permitem desencadear projetos e ações que atendem a diversas demandas dos atores locais/regionais. Pode-se citar como exemplos (1) um novo uso econômico do solo agrícola, mais adequado à realidade dos agricultores familiares estruturados em pequenas propriedades (Coopercana, agroindústrias familiares), (2) o acesso dos mesmos ao crédito e financiamentos (Cresol), (3) uma opção de ensino mais adequada à realidade rural local (Ema), (4) a realização de eventos culturais e recreativos (patrocínios através da Lei de Incentivo a Cultura), (5) a geração de empregos, (6) impostos e (7) novos conhecimentos (troca de informações/conhecimentos entre organizações e instituições).

Entende-se que estas ações acabam tendo resultados mais imediatos, significativos e de caráter mais contínuo sobre o território, pois o protagonismo dos atores locais/regionais, quanto à busca pelo atendimento de suas demandas, gera

um comprometimento maior dos mesmos para com tais ações. Isso pois, os atores locais criam nos lugares um novo dinamismo já que, da convivência com a necessidade e com o outro, a cada dia, todo novo dia está a exigir a descoberta e criação de formas inéditas de trabalho e de luta (KAHIL, 2005).

Não que esta experiência seja “perfeita”. Há diferentes problemas e obstáculos a serem enfrentados, como por exemplo, a redução, ao máximo, dos impactos ambientais, tanto os ocasionados pelas atividades da usina, quanto aqueles resultantes da queima dos canaviais. Outra questão que exige atenção, é a possibilidade da cana-de-açúcar, ao invés de ser uma “alternativa a monocultura da soja” tornar-se outra “monocultura” nas pequenas propriedades. Ações que visem a formação de novas lideranças também são essenciais, uma vez que se observa que alguns atores estão sobrecarregados na medida em que se encontram à frente de várias organizações/instituições, não havendo quem os substitua. Porém a consciência sobre estes problemas existe e ações já vêm sendo desencadeadas, as quais terão resultados mais positivos na medida em que contarem com densidade institucional e características inovadoras.

Diante disso, é possível considerar que o desenvolvimento dos territórios periféricos exige uma organização e mobilização local muito forte. Ou seja, tal processo, exige características de endogeneidade. Isso não quer dizer auto-suficiência, muito pelo contrário. Faz-se necessário um poder local organizado (densidade institucional local), buscando uma interação com as demais escalas, o que ficou bastante evidente neste estudo.

Enfim, a experiência apresentada demonstra a importância da densidade institucional e da inovação territorial coletiva, as quais permitem o desenvolvimento e atendimento das especificidades de cada lugar, além das exigências do meio técnico-científico-informacional a partir das potencialidades locais/regionais.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Território e Poder: as políticas das escalas. In: FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- BECKER, Berta. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs.) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BENKO G.; LIPIETZ (orgs). **As Regiões Ganhadoras** – Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

BOISIER, Sergio. **El Vuelta de una Cometa**: una metamorfose para una teoría del desarrollo territorial. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1997.

BRUM, Argemiro Luis. **A Economia Mundial da Soja**: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul – 1970-2000. Ijuí: Unijuí, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DALLABRIDA, Valdir R.; SIEDENBERG, DIETER Rugar; FERNÁNDEEZ, Victor R.. A Dinâmica Territorial do Desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. In: **Segundo Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional**. Unisc, 2004.

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Densidad Institucional, Inovación Colectiva y Desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los '90s. In: **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul: v.9, nº1, jan/abr, 2004.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística**. Disp. em: [www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br). Acesso em set/05

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.

IPD–**Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <http://seguro.unijui.tche.br/nbd/>. Acesso em maio/2005.

KAHIL, Samira Peduti. Usos do Território: uma questão política. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. USP, São Paulo: 20 a 26 de março de 2005.

LEADER - **Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural**. Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/coll/art08.htm>. Acesso em: maio/2005.

MÉNDEZ, Ricardo. Innovación y desarrollo territorial: alguns debates teóricos recientes. **Eure**. Santiago: vol. 28, nº 84, 2002, Disponível em [www.scielo.cl/scielo.php](http://www.scielo.cl/scielo.php). Acesso em junho/2004.

PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e Ação: contribuições para uma interpretação de mecanismo de escala prática da geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. v.45, n.1, p.123-135, jan-mar, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDE DLIS. **Construindo Indicadores de Desenvolvimento Local**. Disponível em: <http://www.rededlis.org.br/monitoramento.asp?id=143&action=mostra>. Acesso em: maio/2005.

RAMBO, Anelise G. **A Contribuição da Inovação Territorial Coletiva e da Densidade Institucional nos Processos de Desenvolvimento Territorial Local/Regional**: a experiência da Coopercana - Porto Xavier/RS. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Geografia), 2006.

RÜCKERT, Aldomar A.. **Reforma do Estado e Tendências de Reestruturação Territorial**. cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul. São Paulo: Universidade de São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia Humana), 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 5ªed., 2001.